

O CAPITAL SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE PODER NO NOVO MUNDO RURAL

Autora Janine Vicente Dias; Orientador: Marc Piraux

Universidade Federal de Campina Grande; CIRAD.

janinefdias@gmail.com; marc.piraux@cirad.fr

INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento nestas últimas décadas tem ocupado grande parte da literatura acadêmica e dos documentos e ações de organizações políticas. Contudo, ao investigar a trajetória das ideias gerais sobre este tema, na economia e sociologia especificamente, percebemos como a definição de desenvolvimento passa por mudanças importantes e que somente agora, de modo recente, a noção passa a incorporar outros indicadores, como os de bem-estar e de sustentabilidade ambiental. Por isso que, hoje, para analisar o desenvolvimento de forma mais abrangente, é necessário considerá-lo como um processo diverso em suas manifestações espaciais, multifacetado nas dimensões social, demográfica, político-institucional, ambiental e econômica (CONDERATO, SCHNEIDER, WAQUIL, 2007).

Esta ideia mais atual sobre desenvolvimento é aplicada no caso que aqui nos interessa: que é o debate referente ao novo meio rural. No Brasil, até recentemente este debate girava em torno da economia agrícola, do agronegócio e de seus mercados (Ver KAGEYAMA). Entretanto, a literatura que trata dos processos de mudança *social* no meio rural e conseqüentemente do seu desenvolvimento tornou-se crescente e canaliza esforços para demonstrar as desiguais condições que as trajetórias locais, regionais e territoriais estabelecem ao longo do tempo. Ainda, segundo Schneider (2007), de 1990 para cá, o debate sobre o desenvolvimento rural ganha força, especialmente, em função do interesse do Estado e das políticas públicas. Para ele, vários fatores contribuíram para reorientar os estudos sobre desenvolvimento rural, dentre eles destacamos¹: o

¹ Os outros fatores considerados importantes, segundo Schneider, para a incidência do debate sobre desenvolvimento rural são: a forte influência do Estado no meio rural pelas políticas para agricultura familiar (PRONAF), reforma agrária segurança alimentar; a mudança de posição das elites agrárias em relação as políticas sociais para o meio rural; a discussão do tema sustentabilidade ambiental.

fortalecimento das discussões em torno da agricultura familiar e o seu crescimento como categoria política e a recomposição do movimento sindical dos trabalhadores rurais.

Norteados a partir destas considerações sobre o desenvolvimento rural, buscamos através de uma investigação compreender como a questão é perpetrada nos pequenos municípios do Nordeste, estudando em particular o caso do município de Arara, no estado da Paraíba. As primeiras impressões sobre as condições para o desenvolvimento rural assinalam uma perspectiva sustentável, com base na agricultura familiar, onde os movimentos sociais (aqui no caso de estudo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais) apresentam um importante papel na promoção de um campo político, capaz de contribuir: i. na ampliação da esfera pública da vida social; ii. na introdução de temas novos que não faziam parte da vida social das comunidades em que atuam ou assumir temas que já são trabalhados (inovação), numa proposta de releitura e experimentação (questão do acesso ao crédito); iii. na democratização do processo de tomada de decisões²; iv. na transformação de sujeitos ocultos em protagonistas, atores da vida social.

Desse modo, percebemos que se destacam como elementos importantes do desenvolvimento (juntamente com os fatores objetivos) fatores intangíveis como o **desempenho institucional e redes sociais**, que auxiliam na formação e/ou ampliação do capital social, já que agencia o aumento das *capacidades* individuais e dos grupos, o aumento do conhecimento e da capacidade de trabalhar de forma coletiva em redes diversificadas de relações sociais (Lee, 2005). Diante desta perspectiva se pontua nosso estudo, partindo da observação do STR enquanto agência mediadora que implementa em algumas comunidades rurais do município de Arara um projeto de ações inovadoras, como o acesso ao crédito com os Fundos Rotativos Solidários³.

No entanto, apesar destas possíveis conquistas elencadas, que não podem ser desconsideradas, observa-se que esta mediação política ainda não abriu um grande espaço para processos de transformação que modifiquem substancialmente as oportunidades dos sujeitos rurais,

² Observa-se que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Arara, é um elemento decisivo para a *democratização do processo de tomada de decisões*, pois é ele que anima e dá vida a novas estruturas de participação na gestão pública, uma marca decisiva da vida social do município, sobretudo nas políticas rurais.

³ Os Fundos Rotativos Solidários – FRS têm por primeira intenção permitir aos indivíduos, organizados em grupos e associações, obter um pequeno crédito para a construção de alguns bens, como: uma cisterna, ou uma barragem subterrânea, ou outros itens necessários para que se possa conviver com o Semiárido. O produtor então não precisa deslocar-se para ser atendido em instituições formais de crédito, como as instituições bancárias e lidar com burocracia e exigências. Deve antes e somente se organizar com o seu grupo e assegurar futuramente a devolução do recurso que será disponibilizado a outras famílias que também fazem parte da rede. O processo de pagamento da dívida, por sua vez deve ser paga segundo modalidades definidas internamente, ou seja, este processo de empréstimo é definido internamente pelo próprio grupo, decorrente das possibilidades envolvidas, e que variam de acordo com cada realidade local.

em especial os mais excluídos sociais. É perante esta situação problemática que apresentamos nosso objetivo: *compreender como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, enquanto principal agência promotora de desenvolvimento rural possibilita através da mediação política a ampliação ou limitação do capital social.*

Emergiram para este estudo alguns elementos explicativos, a partir dos quais almejamos interpretar os resultados do trabalho de campo. Cada um deles pode representar uma contradição vivida pelos próprios atores e também pela instituição em sua trajetória, e os faz enfrentar dilemas decisivos no curso de sua ação. Um deles é o próprio conceito de *capital social* que arriscamos abordar com maior realce, devido: a) primeiramente à discussão em seu entorno sobre a formação de vínculos de confiança, reciprocidade e cooperação entre indivíduos, o que amplia a possibilidade da ação coletiva; b) principalmente pela dimensão da discussão sobre *poder* (numa reflexão bourdiniana) que este conceito pode abarcar, nos permitindo introduzir uma reflexão sobre redistribuição em lugar da somente reciprocidade, como por vezes é advogado, articulando assim a noção de capital social e desenvolvimento aos vários planos da vida social.

METODOLOGIA

Entende-se nesse processo de investigação uma relação dialética, em que os procedimentos metodológicos a serem utilizados devem ajudar na construção dos recortes de uma realidade complexa, possibilitando contextualizar e inserir o objeto de pesquisa. Nesse sentido, o sindicato foi analisado a partir de suas intenções e de suas práticas de *mediação*, entendendo-as a partir de uma práxis sociológica. Assim, os instrumentos para a pesquisa foram elaborados pensando nos atores sociais que participaram e participam do campo sindical e do campo de representação da agricultura familiar – dirigentes sindicais, lideranças locais, agricultores familiares – de forma individual e coletiva.

Dessa forma, apresentamos um caminho metodológico guiado por duas propostas. A primeira é teórica, orientada em torno de uma revisão da literatura, em que o conceito de capital social é analisado à luz da teoria de Bourdieu, que possibilitou a leitura de um campo sindical como um recorte do campo político e, da mesma forma, permitiu o processo de entendimento das práticas e de um *habitus* relacionado a este campo de representação. Com isso foi possível organizar algumas questões centrais para a pesquisa, em que perguntamos: A nova estrutura e as ações estratégicas do STR de Arara demonstram transformações no campo político da organização desta

agência e de outros dispositivos coletivos nesta rede envolvidos? Como são evidenciadas as mudanças em suas práticas? Estas são propiciadas por um novo *habitus* sindical?

Esta e outras categorias da teoria de Bourdieu, portanto, constroem referenciais para ser desenvolvida uma análise sociológica das práticas elaboradas no interior do campo de representação das comunidades rurais, além de possibilitar compreender as relações de reconhecimento inter e extracampo.

A outra proposta metodológica tem um cunho mais prático, de experimentação, pois cuidou de buscar a história da formação do STR de Arara (não apenas com a investigação documental e seus registros históricos), de forma a propiciar uma reflexão sobre o processo vivido pelas lideranças desde o período de desenvolvimento e consolidação da instituição, compreendendo nos diferentes contextos as relações de poder de um jogo que acontece no campo sindical. Neste formato, foi utilizada a história oral como melhor instrumento para captar as narrativas de vida, pesadas de lembranças e sentimentos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste estudo, realizado no agreste paraibano, a questão que motivou a pesquisa foi precisamente a maneira como o desenvolvimento rural do município se processa ao longo da história guiado pela mediação do STR e de que forma o capital social é acionado por esta agência. Isso porque desde as primeiras incursões a campo, destacou-se a observação de novas formas de ação coletiva e inovação no meio rural num espaço de tempo relativamente curto de implementação destes arranjos, em relação ao tempo de existência do STR no município. A indagação da pesquisa se direcionou no sentido de uma reflexão: se estaria nesta particular configuração social uma forma de entender o desenvolvimento?

Observa-se em um primeiro momento que a participação nos Fundos⁴ seria um exercício da reconquista da autonomia, através da aprendizagem coletiva. Seria uma forma das pessoas se organizarem em busca de um bem, exercitando a confiança, a solidariedade, a reciprocidade e assim fortalecendo seu capital social. Por outro lado, deve-se atentar que o mesmo capital que é gerado por este dispositivo, pode ser um instrumento de má distribuição ou mesmo exclusão para as muitas famílias que não podem contribuir com o fundo, gerando desigualdades. Neste sentido esta prática se torna ponto de análise importante, haja vista seu caráter coletivo: a distribuição de bens acontece de uma forma pré-estabelecida, mas não rigorosa, ou seja, existe uma flexibilidade nas ações que possibilitam melhorias ou mesmo irregularidades. Contudo, o mais importante é a participação dos indivíduos e a sua consciência mais livre em relação à probabilidade de aquisição de recursos por meios mais acessíveis e justos.

Atentos a esta questão é escolhemos analisar o conceito de capital social a partir de uma abordagem crítica, guiada por Bourdieu, que leva em conta que o capital social mesmo no sentido utilitário, é um ativo repartido em forma desigual, pois as redes sociais e seus dispositivos coletivos, às quais estão vinculados diversos indivíduos, não oferecem as mesmas potencialidades para obter recursos da mesma quantidade e qualidade.

Dessa forma foi observado, que o modelo de trabalho coletivo - experimento do atual STR (com Fundos Rotativos Solidários) não enfatiza somente a perspectiva solidária e de cooperação entre o grupo, mas apresenta ainda uma proposta de possibilidade de engajamento dos atores, de distribuição de falas, de oportunidades de discussão, lançamento de propostas, de integração na organização deste campo de representação. E nesta proposta, percebemos que a *redistribuição* acontece no momento em que em vez da somente indicação de porta-vozes, os atores se interessam em defender e instituir a sua representação. É o fazer-se representar efetivamente.

O trabalho coletivo seria, portanto, o resgate de solidariedade entre vizinhos, entre os atores sociais de uma comunidade, e ao mesmo tempo seria uma forma de redistribuição da construção de

⁴ Em Arara, os Fundos Rotativos começaram a funcionar de modo diverso e em tempos diferentes, haja vista o contexto histórico de cada comunidade rural. Seria arriscado precisar uma data, pois entendemos que os objetivos e forma de organização de obtenção de crédito a partir de uma perspectiva cooperada sempre existiram em algumas comunidades, mas com e em termos diferentes. Ora, o que podemos apontar é o ano em que foi construída a primeira cisterna com este arranjo social: que foi no ano de 2003, na residência do senhor Gabriel de Sousa, líder da comunidade do Araçá e presidente do STR que serviu como experimentador desta prática de inovação. Através do PATAAC, seu líder e alguns mais envolvidos, a exemplo de Chiquinho da comunidade Volta, que virá a coordenar a Comissão Água, visitam o município de Soledade para conhecer o sistema. No início o repasse era feito ao STR, só depois a administração dos fundos ficou por conta das comunidades. No entanto, muitas comunidades tiveram e ainda têm problema para gerir os recursos e sempre voltam a pedir auxílio ao STR. Dessa forma, até hoje, o Sindicato presta assistência na administração de todos os FRS, e cria junto com os líderes comunitários importantes estratégias para conduzir e regular esta forma de produção.

um projeto comum. Portanto, a participação de cada membro do campo é a afirmação de que cada um tem o direito de jogar o jogo e, mais ainda, jogá-lo bem, e não simplesmente ser testemunha ou espectador.

CONCLUSÃO

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Arara é hoje a principal fonte de desenvolvimento rural, haja vista sua proposta de fortalecimento de competências e autonomia. Todavia, os potenciais da organização e fortalecimento das competências de base e sua relação com o desenvolvimento rural colocam-se no discurso atual dos dirigentes sindicais. Em Arara, o atual líder atua neste sentido, mas, antes é necessário compreender que a consolidação das capacidades não pode ser efetivada de verdade, partindo de uma prática isolada. É preciso que haja uma maior atenção por parte das lideranças sobre suas intenções e propostas, mas principalmente sobre suas ações. É necessário haver uma postura de autocrítica, de reflexão, de autoconhecimento, em especial do capital acumulado nos espaços de representação de campo.

Em Arara, o STR acredita que as articulações formadas, o fortalecimento do capital social foi proporcionado pela instituição em si mesma. É preciso refletir mais sobre esta questão, sobre a realidade das interações, pois mesmo constatando que as intenções e práticas do STR de hoje, diferenciam-se qualitativamente do chamado velho sindicalismo, inovando um campo de representação onde o *habitus* do antigo dirigente é questionado, pode-se não enxergar algumas posições dentro deste campo. O que aqui se quer dizer é que não bastam só as práticas do dirigente do STR apresentar inovações e movimentar um capital social, é necessário que haja uma verdadeira consolidação de um *habitus* no dispositivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos Territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Economia Aplicada*, v. 14, n. 2, abr-jun/2000a, p.379-397.

BAQUERO, Marcello; CREMONESE, Dejalma. *Capital Social: teoria e prática*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

BOURDIEU. Le Capital Social: notes provisoires. In: *Actes de La Recherche en Sciences Sociales*, n. 31, p. 2-3. 1980.

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.



DIAS, Janine Vicente. O capital social na agenda do desenvolvimento: o caso do sindicato dos trabalhadores rurais de Arara, PB. Dissertação. 2010.

DUQUE, Ghislaine; SIDERSKY, Pablo; OLIVEIRA, Maria do Socorro de L. Fundos Rotativos: organização e desenvolvimento local no semi-árido paraibano. *Raízes*, vol. 23, nº 01 e 02, jan.-dez.